

O JORNALISMO DE REFERÊNCIA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A MAIORIDADE PENAL

ALEXIA FERREIRA RIBEIRO¹; NATÁLIA MARTINS FLORES²

¹Universidade Federal de Pelotas – aliribeiro@icloud.com

²Universidade Federal de Pelotas – nataliflores@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A exemplo da constante presença de atos infracionais no noticiário brasileiro, a tematização da legislação é também frequente no jornalismo – mesmo que, eventualmente, feita de forma implícita. Quando estes atos envolvem crianças e adolescentes a mídia encontra subsídio para trazer à pauta questões acerca da maioridade penal e, muitas vezes, sobre a possibilidade de alteração da legislação em vigência. A partir da percepção da abordagem do assunto no jornalismo nacional, autores como Chia (2016), Dias (2017) e Rosa (2016) vem desenvolvendo trabalhos para estudar o discurso midiático que envolve a maioridade penal.

No presente trabalho, que consiste em um relatório do andamento da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo, temos o objetivo de contribuir para a identificação de possíveis produções de sentidos acerca do assunto. Para alcançá-lo, definimos o seguinte problema de pesquisa: como as revistas semanais de referência brasileira produzem sentidos quando tematizam a maioridade penal?

Guiados por esta questão, desenvolveremos a pesquisa a partir da análise de quatro capas de revistas com o tema estudado: a capa do dia 1º de maio de 2013 da revista IstoÉ, a capa do dia 13 de agosto de 2014 da Carta Capital, a capa de 23 de maio de 2015 da revista Época e a capa do dia 17 de junho de 2015 da Veja. Sua escolha se deu por serem as revistas de referência no país – no que diz respeito à tiragem e à credibilidade adquirida, sem que façamos juízo de sua qualidade. Aplicamos o que Amaral (2004, p.51) define como sendo jornalismo de referência: são veículos “[...] consagrados econômica e politicamente ao longo da história”.

Além disto, a escolha foi sustentada pela importância de estudar o discurso do jornalismo acerca questões sociais de interesse público – o tendo como “[...] um lugar de produção e circulação de sentidos sobre a realidade” (BENETTI, 2013, p.45). Desta forma, o vimos como um importante espaço de produção de sentido sobre os diversos assuntos que aborda – podendo servir de base para que o público o tome como base para formar sua opinião e reter informações que considera importantes.

Como aporte teórico-metodológico nos basearemos na análise de discurso de linha francesa, fundada por Michel Pechêux, nos atendo à mobilização de conceitos como de sujeito, condições de produção e silenciamento – empregados por autores como Pechêux (1990) e Orlandi (2007, 2015).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a escolha do objeto teve partida na definição do tema: a maioridade penal. A partir daí, verificamos dados referentes às revistas semanais de informação brasileira tidas como referência e chegamos à Veja,

Época, IstoÉ e Carta Capital – revistas de maior circulação no país segundo dados de pesquisa da Associação Nacional dos Editores de Revistas explorados por Benetti e Hagen (2010). Uma vez escolhidos os veículos, verificamos as capas de cada uma revistas – partindo das publicações mais recentes até encontrar uma edição que abordasse a maioria penal na capa. Dessa forma, escolhemos as quatro capas que formam nosso objeto explicitado anteriormente.

Estudar a capa das edições foi uma opção cunhada principalmente no fato de essa ser o primeiro, e às vezes, único contato que um (pretenso) leitor terá com a publicação. Acreditamos ser este um espaço com potencial para a produção de sentidos – visto que a capa “[...] é a cara de uma publicação. Através de elementos textuais e gráficos, a página 1 (um) da revista possui a missão de chamar a atenção do leitor, criar alguma, ou mais de uma, sensação [...]”. (FERRER, 2008, p. 48).

Dito isto, para atender ao propósito de identificar estes possíveis sentidos empregados nas capas, utilizaremos a Análise do Discurso de linha francesa mobilizando conceitos necessários ao longo das análises preliminares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, foram feitas análises prévias das capas escolhidas, com o objetivo de identificar os conceitos que precisaremos utilizar ao longo do estudo. Como resultado preliminar dessa análise, observamos a incidência de dois elementos desencadeantes para o fomento do discurso midiático acerca da maioria penal, no que se refere aos elementos explícitos trazidos pelos veículos: o uso de casos de grande impacto envolvendo crianças e adolescentes e notícias que envolvam a retomada política do debate acerca da alteração da legislação vigente.

Enquanto das capas da Veja e da Época trazem casos de atos infracionais de grande impacto para o foco do debate, a Carta Capital busca em uma mudança de posicionamento político do Partido dos Trabalhados (PT) o amparo factual para a abordagem do tema. Já no que diz respeito à IstoÉ, não há um caso específico trazido à tona, porém há a afirmação de que os jovens “cometem crimes bárbaros” – fazendo desta alusão um dos aparatos para a discussão.



Figura 1: Capa da Carta Capital



Figura 2: Capa da Época



Figura 3: Capa da IstoÉ



Figura 4: Capa da Veja

Além destes elementos explícitos, se fará necessário o estudo do contexto histórico social de produção destas capas, bem como as suas editoras. Por essa razão, traçamos como um dos objetivos específicos do nosso estudo a análise das condições de produção, elemento importante para o entendimento da produção de sentidos que cada uma das capas pode produzir.

4. CONCLUSÕES

As análises preliminares feitas nas capas das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja sobre a maioridade penal mostraram uma recorrente alusão à redução, mesmo quando o termo em si não é utilizado. Partindo da vinculação ora de casos graves de atos infracionais envolvendo crianças e/ou adolescentes, ora mudanças no posicionamento político sobre uma alteração na legislação há uma inclinação ao debate sobre a mudança de idade para enquadramento no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Termos como “punir” e “impunidade” utilizados por duas das revistas, além da menção aos 16 anos também em duas delas reforçam a ideia de que o tema é não só a maioridade penal, mas a redução da maioridade penal em suas capas.

Como próximos passos do trabalho, procuraremos analisar estas marcas discursivas utilizando teorias da AD, para procurar apreender possíveis sentidos produzidos pelas publicações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcia. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6253>. Acesso em: 05/07/2017

BENETTI, Márcia. **Revista de jornalismo: conceitos e particularidades**. in TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges. (Org.). *A revista e seu Jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44–57.

CHIA, Rodrigo King Lon. **Eles sabem o que fazem: o discurso da redução da maioria penal nos meios de comunicação**. 2016. 74f. Dissertação de mestrado acadêmico em direito institucional. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2016.

DIAS, Anelise Schütz. **Idade penal no jornalismo de referência: os sentidos centrais na cobertura do debate sobre redução da maioria penal**. Galaxia, São Paulo, n.34, p. 137-148, 2017.

FERRER, Diego Rodrigues. **Quem vê capa, vê coração: As capas de revistas como forma de síntese do perfil do público leitor**. 2008. 122f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. 98p.

_____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 181p.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso (AAD-69)**, in GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Unicamp. 1990.

ROSA, Ingrid Oliveira da. **Redução da maioria penal e jornalismo: o adolescente em conflito com a lei no discurso do jornal Extra**. 2016, 120f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Curso de Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.